

GIEBELS, Daniel Norte (2018). *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*. Lisboa: Gradiva, 532 pp., ISBN 978-989-616-856-8.

O livro em epígrafe resultou da dissertação que Daniel Giebels apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor em Altos Estudos em História, sendo portanto um trabalho académico, devidamente escrutinado por um júri internacional a que tive o prazer e a honra de pertencer, e que reconheceu o mérito dos resultados alcançados, agora disponibilizados ao grande público com a chancela da Editora Gradiva.

Corolário da seriedade de um percurso de onde se destaca a obtenção, em 2015, do 1.º Prémio Nacional de ensaio histórico António Rosa Mendes, este livro preenche uma das grandes lacunas da historiografia no campo de estudos sobre o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em boa hora debelada. Trata-se, aqui, de inquirir sobre a génese, o estabelecimento, a organização e a acção do tribunal inquisitorial de Lisboa através de análises prosopográficas e micro-históricas em articulação com instrumentos da história socioeconómica, institucional e dos poderes, das ideias e das mentalidades, repisando os caminhos mais recentes e inovadores da História da Inquisição e utilizando ferramentas informáticas adequadas, como bases de dados em Excel e Access.

Dado a mitos e polémicas e, por isso, de abundante mas nem sempre fecunda produção, o campo de estudos em que insere o livro em apreço tem vindo a conhecer desenvolvimento notável nas últimas décadas, tendo inclusive possibilitado o aparecimento de uma magistral síntese da lavra de Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva¹. Sob a batuta deste último, decano da Universidade de Coimbra, têm nascido alguns dos trabalhos que de forma mais efectiva têm contribuído para a aludida renovação, de que é exemplo o livro de Daniel Giebels.

Todos os demais tribunais distritais, do reino e do império, tinham já sido alvo de estudo individualizado, exceptuando o de Lisboa que permaneceu, até então, campo por arrotear. No preenchimento dessa significativa lacuna se forja uma parte da singularidade desta obra, havendo ainda que atentar na originalidade do tipo de abordagem e das metodologias analíticas. Para estudar as primeiras quatro décadas de vida da *Mesa* lisbonense, Daniel Giebels propõe-se a ir além de uma análise evolutiva do tribunal, oferecendo uma visão panóptica e sistémica, assente pelo menos em cinco vectores, a saber: organização institucional (edificação da norma e costume nos diversos

¹ MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 607pp.

planos de funcionamento do tribunal); dinâmicas internas (influência de cada indivíduo ou grupo na atividade institucional); espaços físicos (cultura material e vida quotidiana); actividade persecutória e judicial (índices repressivos e impacto social); e relação com outros poderes.

Na primeira parte analisam-se as causas e as consequências do estabelecimento da Inquisição em Portugal, com um enfoque profundo sobre as complexas relações entre a Coroa e o Papado, inserindo-as no contexto da reforma da cristandade provocada pela cisão luterana. Mostra-se, em detalhe, que a introdução desta nova instituição promoveu uma reorganização jurídica e social, e reconstituiu-se a forma como sob influência de D. Henrique se aprofundou a sua autonomia e se ampliou a sua jurisdição. Segue-se um foco sobre as dinâmicas de estabelecimento do tribunal de Lisboa, com a proposta de uma periodização assente em três tempos: 1537-1544, relativo à fundação propriamente dita; 1545-1564, correspondente à assunção por parte desta *Mesa* de uma centralidade na orgânica inquisitorial, assistindo-se à consolidação do seu corpo normativo e percebendo-se um primeiro pico repressivo; e 1565-1579, respeitante ao impacto da criação formal do Conselho Geral do Santo Ofício e à reorganização da rede de tribunais. Trata-se de uma parte decisiva desta obra, porquanto aí se demonstra: a precocidade do funcionamento do tribunal de Lisboa e a sua centralidade, como resultado da proximidade física com o Conselho Geral, com os seus ministros e com o inquisidor geral; e a maneira como se constituiu um modelo para os seus congêneres.

Ao estudo sistemático da edificação e estruturação da máquina inquisitorial lisbonense sucede-se um exame acerca de aspetos que, para outros tribunais, permanecem ainda hoje incógnitos. O quadro humano, desde logo. Identificam-se e quantificam-se os indivíduos ao longo do tempo, através de análises prosopográficas e biografias colectivas de onde avultam informações referentes às suas origens sociais, carreiras, formação, compensações financeiras, privilégios, mercês e esmolas. Seguidamente enceta-se uma incursão pelos espaços físicos: infraestruturas e implantação urbanística, espaços de audiência e arquivo, espaços de doutrinação e reclusão. A encerrar esta segunda parte do livro, uma inovadora reconstituição da vida económica do tribunal, perspectivada por fases, desde a edificação da tesouraria inquisitorial (1536-1554) à busca de novos modelos de financiamento (1554-1568), com análise aturada de balanços de receita e despesa, evolução dos saldos contabilísticos e medição do peso real das políticas e dos trâmites do confisco (1568-1579).

A derradeira e mais prolixa parte desta obra não fica a dever originalidade

às anteriores. O retrato do funcionamento deste tribunal é completado com o estudo dos mecanismos de vigilância (fontes de informação e visitas ao território, às livrarias e aos navios); do exercício da jurisdição no quadro da evolução da rede de tribunais; dos trâmites processuais; dos agentes da denúncia; da actividade repressiva; das penas cominadas e da sociologia dos sentenciados; e as relações com outros poderes.

Uma visão global, em suma, das primeiras décadas de funcionamento de um tribunal primaz ou, como perorara o autor, *uma oficina experimental* e o *epicentro da dinâmica de uma instituição* (p.498), com um alcance territorial que viria a ser vastíssimo, estendendo-se desde a diocese egitaniense às ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, fortalezas e entrepostos na costa noroeste e ocidental de África e capitánias do Brasil. Nesse olhar se sustenta de forma consistente a precedência e primazia que a Inquisição de Lisboa assumiu na estrutura inquisitorial.

Formulado um juízo apriorístico sobre os conteúdos abordados por este livro é chegado o momento de reconhecer que a leitura das suas 532 páginas revela uma investigação meticulosa e alicerçada, sobretudo, no levantamento exaustivo de 2715 processos inquisitoriais, instaurados no período compreendido entre 1537 e 1579. Aqui se demonstra um conhecimento aprofundado das fontes disponíveis para o tratamento do problema científico enunciado e o manuseamento selectivo e criterioso de uma bibliografia recente, especializada e não estritamente portuguesa. A metodologia científica escolhida é também adequada ao tema, tendo em conta o ângulo a partir do qual o autor se propôs a tratá-lo.

Em relação à forma cumpre dizer que a estrutura interna do texto é coerente e clara, e a arrumação temática mostra-se, no geral, bem delineada. Apenas dois reparos se farão no sentido de beneficiar uma futura edição que, por certo, o livro conhecerá. O primeiro diz respeito à deslocação de subcapítulos. Sendo *a evolução da rede dos tribunais*, tratada no 6.2 (p.256-265), um conspecto de cariz organizativo, poderá transitar para a segunda parte, que a isso se dedica. Igual asserção merecerá o capítulo décimo. Indiviso, de dimensão reduzida (p.464-485) e dedicado ao estudo das penas cominadas, terá mais cabimento no oitavo, onde se examina a atividade repressiva. O segundo tem a ver com os valerosos materiais que secundam as análises, proporcionando ao leitor uma compreensão mais cabal dos argumentos esgrimidos. Terá sido equívoca, creio, a opção pelo vocábulo “figura” para designar indistintamente ilustrações, quadros e gráficos. Acresce que o leitor é confrontado com dois subcapítulos, designadamente o 5.4 e o 6.2, que terminam abruptamente com gráficos, sem que o texto os disseque

como seria expectável.

Breve nota me merece também a bibliografia, já elogiada. Talvez o livro ganhasse em erudição se apresentasse um olhar mais problematizador em relação ao já produzido. Poder-se-ia, e no meu entender seria uma mais-valia, ir além da remissão para a síntese efectuada por Bruno Feitler nessa *opera magna* que é o *Dizionario Storico delle Inquisizione*². Apreciável, mas entretamente defasada.

A linha argumentativa desta obra é perspicaz e as interpretações propostas avultam de forma clarividente ao longo de toda a narrativa e inclusive, como seria de esperar, na conclusão. Há, no entanto, uma afirmação insuficientemente sustentada, de que darei conta, para correção futura. Diz-se, na transição da página 63 para a página 64, que *a derrogação da jurisdição episcopal sobre a heresia nunca se veio a concretizar*. Ora, como se sabe, houve um delito, a solicitação de penitentes, em relação ao qual a Inquisição obteve efetivamente jurisdição privativa, ainda que reconhecida apenas na aurora do século XVII³.

Os pormenores a que se acaba de aludir em nada desdouram este estudo, de elevado nível científico, dignificador da tradição científica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e merecedor de leitura atenta. Com uma linguagem clara e perceptível permite aos estudiosos do tema e ao leitor não académico perscrutar a história inaudita de uma das *Mesas* de uma poderosa instituição judicial eclesiástica que marcou indelevelmente o *Portugal moderno*. Nele se colhem excelentes reflexões, muitas novidades, conclusões sólidas e instigadoras, que auspiciam novas análises. É o que se espera de Daniel Giebles, investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura e, mais recentemente, investigador do Projeto Internacional ReligionAJE (*Religion, ecclesiastical administration and justice in the Portuguese Seaborn Empire, 1514-1750*).

JAIME RICARDO GOUVEIA

CHSC-Universidade de Coimbra

jaim.ricardo@gmail.com

Orcid 0000-0002-2435-7384

² PROSPERI, Adriano (2010). *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 4 vols.

³ GOUVEIA, Jaime (2011). *O Sagrado e o Profano em choque no confessionário. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição*. Portugal, 1551-1700. Coimbra: Palimage, pp.97-124.